

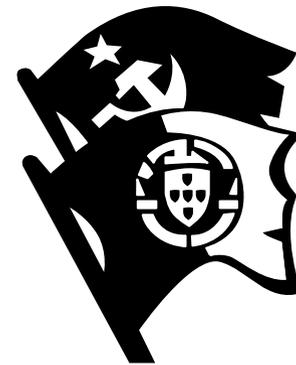


**FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



José Neves

COMUNISMO  
E NACIONALISMO  
EM PORTUGAL



POLÍTICA, CULTURA E HISTÓRIA  
NO SÉCULO XX

LISBOA:  
TINTA-DA-CHINA  
MMVIII

O processo de investigação de que este livro é resultado foi apoiado, em primeiro lugar, pela Fundação Calouste Gulbenkian, que atribuiu um Prémio de Estímulo à Investigação Científica (2001) a um projecto acerca da história da questão colonial no PCP, o qual foi desenvolvido no Centro de Estudos de Antropologia Social do ISCTE, sob supervisão do Professor João Leal. Em segundo lugar, foi apoiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, através da concessão de uma bolsa de doutoramento (2002-2006) ao projecto que desenvolvi no ISCTE sob orientação do Professor Carlos Maurício e do Professor João Leal. E, em terceiro lugar, a investigação beneficiou ainda do apoio prestado pelo Ministério de Educação e Ciência de Espanha, no quadro do projecto «Conceptos Sociales y Politicos de la Modernidad en España, Portugal y Brasil», coordenado pelo Professor Rafael Cruz, na Universidade Complutense de Madrid.

© 2008, José Neves e Edições tinta-da-china, Lda.  
Rua João de Freitas Branco, 35A  
1500-627 Lisboa  
Tels: 21 726 90 28/9 | Fax: 21 726 90 30  
E-mail: tintadachina@netcabo.pt  
www.tintadachina.pt

Título: *Comunismo e Nacionalismo em Portugal.  
Política, Cultura e História no Século XX*

Autor: José Neves  
Revisão: Tinta-da-china  
Capa: Vera Tavares  
Composição: Guidesign

1.ª edição: Novembro de 2008

ISBN 978-972-8955-73-1  
Depósito Legal n.º 284533/08

## Índice

### INTRODUÇÃO II

### PARTE I – A REORGANIZAÇÃO DO COMUNISMO

#### CAPÍTULO I – A GUERRA E A PAZ 39

O Fim da Internacional 39

A Família Portuguesa 42

A Festa dos Povos 44

#### CAPÍTULO 2 – CAMPONESAS E OPERÁRIOS 53

Retratos Sociais 54

Amor à Terra 56

Homens sem Raça 58

Agricultura e Indústria 61

#### CAPÍTULO 3 – A ECONOMIA NACIONAL 65

Planificar, Produzir e Proteger 66

As Etapas da Revolução 68

#### CAPÍTULO 4 – PORTUGAL NÃO É UM PAÍS POBRE 75

Distributivistas e Produtivistas 76

Desenvolvimentistas 79

Cienticistas 82

#### CAPÍTULO 5 – O PARTIDO LENINISTA 89

Da Condição Operária 90

A Nacionalização da Classe Operária 91

O Engenheiro Político 95

CONCLUSÕES 101

### PARTE 2 – A QUESTÃO NACIONAL

#### CAPÍTULO 6 – TEORIAS MARXISTAS III

Estaline, 1913: A Questão Nacional e a Social-Democracia III

Jean Bruhat, 1937: «A Questão Nacional e a Social-Democracia» III6

Henri Lefebvre, 1937: Le nationalisme contre les nations III9

#### CAPÍTULO 7 – BENTO GONÇALVES E PAVEL 127

Bento Gonçalves, 1936: «Contestação à Secretaria do Tribunal Militar Especial» 127

Pavel, 1937: «Os comunistas e a Nação I» e «Os comunistas e a Nação II» 129

#### CAPÍTULO 8 – O IMPÉRIO COLONIAL 135

Portugal Semicolonial 136

As Nações Africanas 139

A «Roda da História» 142

CAPÍTULO 9 – O PODER NACIONAL	145
A Centralização do Poder	145
O Antiamericanismo	148
A Mãe-Rússia	151
CAPÍTULO 10 – A PROLETARIZAÇÃO DO MUNDO	155
Uma Economia Mundial Proletária	157
«Luta de Classes ou “Unidade de todos os portugueses honrados?”»	160
Anticolonialismos	166
CAPÍTULO 11 – VOLTA À FRANÇA	171
A Doce Terra da França	172
As Festas da História	178
Hasteando a Tricolor	181
CONCLUSÕES	185
PARTE 3 – A IMAGINAÇÃO DA CULTURA	
CAPÍTULO 12 – A EXPANSÃO DA CULTURA	195
A Descida à Rua	196
O Trabalho	198
A Cultura Popular	200
CAPÍTULO 13 – O ESTILO PORTUGUÊS	205
O Estilo Nacional	206
A Vida Mundial	209
CAPÍTULO 14 – A RUSTICIDADE DE FERNANDO LOPES-GRAÇA	215
A Música Nacional Portuguesa	217
Fados e Outras Canções de Proveniência Duvidosa	222
CAPÍTULO 15 – O PAÍS DAS MULHERES DE MARIA LAMAS	229
Mãe Pátria	231
A Besta Camponesa e a Moderna Operária	233
A Mulher do Leninismo	237
CAPÍTULO 16 – O COMUNISMO MÁGICO-CIENTÍFICO DE ALVES REDOL	247
Etnografia e Neo-realismo	248
Exotismo e Tradição	252
Do Campino aos Gaibéus	258
O Laboratório-Pomar de Mitchurin	262
CAPÍTULO 17 – O AR LIVRE	269
A Saúde Nacional	270
O Turismo e o Campismo	272
Fernando Piteira Santos, com <i>O Diabo</i> no Corpo	278
Modos de Circulação	282
CAPÍTULO 18 – A NACIONALIZAÇÃO DO DESPORTO	287
Os Desportistas Não Têm Pátria	289
A Política da Vitória	291
O Comunismo de Medalha	293
CONCLUSÕES	297

PARTE 4 – O PROCESSO DA HISTÓRIA	
CAPÍTULO 19 – OS HISTORIADORES COMUNISTAS	305
A Patrimonialização do Passado	306
A Sociedade Portuguesa de História da Civilização	309
O Grupo de Estudos da Prisão de Peniche	312
Os Historiadores	315
CAPÍTULO 20 – A HISTÓRIA DE PORTUGAL	319
A Modernidade de 1383	319
A Contra-Modernidade de 1926	323
CAPÍTULO 21 – A TRANSIÇÃO HISTÓRICA	329
Os Dois Séculos XIX	329
1383, o Século XIX na Idade Média	333
Uma História da Independência Nacional	335
CAPÍTULO 22 – A FIGURA REVOLUCIONÁRIA	339
A Estrutura Económica	340
A Iniciativa das Massas	343
CAPÍTULO 23 – A VANGUARDA E O COMUM	347
A Vanguarda	348
O Comum	351
CAPÍTULO 24 – O MILITANTE	359
Do Burocrata ao Romântico	360
A Carcaça do Homem Comum	364
O Cavaleiro Técnico de Vanguarda	367
Corpos Militantes	370
Quixote, André e Lambaça	373
CONCLUSÕES	383
CONCLUSÃO	387
NOTAS	417
FONTES E BIBLIOGRAFIA	467
AGRADECIMENTOS	501

## Introdução

A realidade é um círculo de relações que dependem e fazem depender umas coisas das outras e nunca chegamos à causa última, a não ser que desistamos de raciocinar.

ANTÓNIO JOSÉ SARAIVA, 1946<sup>1</sup>

**A**NOS 30, GUERRA CIVIL DE ESPANHA. PERTO DE TALAVERA DE la Reina, ali para os lados de Toledo, abate-se uma centena de bombas. Esta centena, porém, não explode. As bombas caem do céu, mas não deflagram. Surpreendidos em terra, dois militantes republicanos rodeiam os engenhos. Podem verificar que são bombas nazis mas notam-lhes uma particularidade. As bombas trazem consigo uma mensagem em português que assim se lhes dirige: «Camarada, esta bomba não explodirá»<sup>2</sup>; provavelmente introduzidas em Espanha via Portugal no contexto do apoio prestado pelo Estado Novo aos franquistas, as bombas haviam sido sabotadas algures na cadeia de transporte. Este episódio, que foi revelado por um daqueles dois militantes republicanos, seu nome André Malraux, é um momento simbólico – mas vejam quantas vidas valeu este simbolismo – de uma tendência internacionalista que trespassou fronteiras estatais e identidades nacionais sem revelar grande consideração por qualquer tipo de ideologia nacionalista.

Com raízes pré-modernas cuja importância é mais ou menos valorizada por diferentes estudiosos, as ideologias nacionalistas são um elemento característico da mesma era em que Friedrich Engels e Karl Marx anunciam o comunismo como o espectro que paira sobre a Europa. Contrariamente ao que sobre si próprio diz, o nacionalismo não remonta a uma entidade antiquíssima que seria a da nação, mas sim a um modo específico de imaginar o mundo que

emerge no dealbar da Revolução Americana e da Revolução Francesa. Em Portugal, é sobretudo na primeira metade do século XIX que o nacionalismo adquire expressão significativa, assumindo uma feição que por comodidade podemos designar como liberal. Exercendo a sua influência a partir de áreas circundantes ao poder político institucional, este nacionalismo liberal ambicionou conciliar a filiação numa realidade nacionalista particular com a adesão a uma realidade internacional universal e, pretendendo-se orientado para o futuro, cedo valorizou o passado enquanto morada de uma superior grandeza imperial entretanto perdida com o desabar do Império no Brasil, perfilando assim o retrato de um declínio nacional e de um subsequente atraso português cuja superação se tornaria o *leitmotiv* da generalidade dos discursos nacionalistas em Portugal – recuperar é preciso, diz o novo ideal.

Será contudo na segunda metade do século XIX que este *ideal de recuperação* apresentará maior robustez. Sob uma tendência que pode vagamente designar-se como antiliberal, emerge um nacionalismo que se empenha de corpo e alma na sacrificial tarefa de restabelecer a grandeza do país, visando então higienizar-se o corpo da nação para reencontrar a alma da sua tradição, em busca de uma irreduzível alteridade e almejando a pureza de uma origem e mobilizando para estes efeitos quer argumentos racistas de referência darwinista quer significados românticos. Ao caminharmos para o final do século XIX, este novo nacionalismo que intersecta raças e culturas extrema-se a um tal ponto que é já ele quem patrulha parte do continente europeu, principalmente regiões que procuram «recuperar do atraso» face ao «avanço» industrial da Inglaterra. Num contexto internacional cada vez mais competitivo a nível de relações entre estados e entre empresas, vinga neste período um nacionalismo de cunho assumidamente imperialista de que o expansionismo bismarckiano é provavelmente a face mais agressiva. Em Portugal, o nacionalismo acentua-se no quadro da crise política suscitada pelo ultimato britânico. Nesse momento abre-se caminho à consolidação de um nacionalismo de índole imperial que, sob o impulso do republicanismo, marcará todo o período entre 1890 e 1926, recentemente descrito pelo historiador Rui Ramos como o momento em que «a arte de governar começou a requerer a existência de uma nação»<sup>3</sup>. Nestes anos, *regenerar* é porventura o verbo que melhor veicula os esforços daquele *ideal de recuperação* que faz da grandeza passada a meta futura e que na sua prossecução

tenta mobilizar tudo e todos, ambicionando levar o nacionalismo até aos grupos sociais mais distantes do poder político institucional.

É esta musculação das ideologias nacionalistas entre o último quartel do século XIX e o primeiro quartel do século XX que coloca o tema dos nacionalismos no centro dos debates marxistas. Extinta em 1872, a Primeira Internacional havia acumulado alguma reflexão sobre o tema, mas é com a Segunda Internacional que ele ganha maior relevo, confrontando-se no seu seio, entre finais do século XIX e a Primeira Guerra Mundial, opiniões diversas quanto ao posicionamento do marxismo ante o nacionalismo. Estas opiniões, que em comum tinham o facto de relacionarem a intensificação dos nacionalismos com o desenvolvimento mundial do capitalismo, iam dos que afirmavam a complementaridade entre marxismo e nacionalismo (caso máximo de Otto Bauer) aos que sublinhavam o antagonismo entre ambos (caso máximo de Rosa Luxemburgo), numa diversidade que se revelaria insustentável com a eclosão da Primeira Guerra Mundial. Nesta ocasião, a «questão nacional» tornar-se-ia mesmo factor de uma ruptura não mais remediada: como é sabido, em resposta ao apoio de vários partidos da Segunda Internacional à posição belicista dos respectivos governos nacionais na Primeira Guerra Mundial, e na sequência da Revolução de Outubro de 1917, em 1919 formar-se-ia a Terceira Internacional. A Terceira Internacional – a Internacional Comunista (IC) – é portanto propulsionada por uma imagem do mundo traçada por uma linha política que se quer livre dos constrangimentos provocados por nacionalismos de toda a espécie.

Os primeiros dias da nova Internacional são auspiciosos quanto às hipóteses da revolução mundial. À semelhança do que acontecera na Rússia, a dificuldade de restabelecer a «normalidade» no pós-guerra cria condições favoráveis a um crescente protagonismo dos movimentos operários a ocidente, de Berlim a Budapeste, passando por Turim. Sucede porém que o mesmo é válido para percebermos o revigoramento do nacionalismo e as suas novas feições. De facto, nos anos 20, sobretudo em países como a Itália e a Alemanha, vão ganhando terreno movimentos fascistas cuja expressão nacionalista conjuga um forte veio anti-iluminista com a promessa de uma modernização que propunha vencer o «atraso» e recuperar o «orgulho», dando-se como apta a promover uma reordenação integral da nação, da economia à política, passando pela cultura. Ganhava assim contornos a mais radical contradição que persistiu ao longo do

século: de um lado o internacionalismo comunista, do outro lado o nacionalismo fascista.

Em parte, a força histórica desta contradição explica por que ainda hoje é frequente reduzir a relação histórica entre comunismo e nacionalismo à ideia de uma oposição entre comunismo e fascismo ou de uma oposição entre internacionalismo e nacionalismo, redução atraente e concordante com o que até aqui foi dito mas que veremos ser inapropriada: se é verdade que não podemos esquecer episódios como o que brindou Malraux, é pouco menos que ilusório restringir o comunismo a uma dimensão antinacionalista. Se é certo que a crítica à «traição nacionalista» dos partidos da Segunda Internacional refundou o internacionalismo comunista a partir da Primeira Guerra Mundial, as décadas seguintes acabaram por ver amenizar-se a urgência de um posicionamento antinacionalista, abrindo-se mesmo alas a um nacionalismo comunista. Ou seja, a história da oposição entre o Partido Comunista Português (PCP) e o Estado Novo é em parte a história da contradição entre o internacionalismo comunista e o nacionalismo fascista mas é também, vê-lo-emos ao longo deste livro, a história da oposição entre dois tipos de nacionalismo.

### *Nacionalismo Comunista*

EM BOM RIGOR, DI-LO-ÃO AQUELES QUE VALORIZAM A IMPORTÂNCIA histórica dos debates político-teóricos, as premissas de um nacionalismo comunista foram lançadas antes mesmo da fundação da IC, quando certas posições de Lenine venceram determinadas críticas de Rosa Luxemburgo. Em 1908, esta revolucionária de origem polaca, que era contra a autodeterminação nacional da Polónia, escrevia:

Ao falar do «direito dos povos à autodeterminação» referimo-nos generosamente à totalidade de um «povo», a uma unidade social e politicamente homogénea, mas exactamente tal noção de «povo» corresponde a certas categorias da ideologia burguesa que foram objecto de uma revisão radical por parte da teoria marxista, que demonstrou fielmente que por detrás dessas cortinas de fumaça, tais como «a liberdade do cidadão», a «igualdade diante da lei», etc., se esconde em cada caso um conteúdo histórico bem definido. Numa sociedade de classes, o povo, como um todo social e político

homogéneo, não existe, enquanto o que existe em cada nação são as classes sociais com seus interesses e «direitos» antagónicos.<sup>4</sup>

Em 1914, com uma disponibilidade para conciliar comunismo e nacionalismo superior à manifestada nos textos de Estaline datados de 1913, e que serão analisados na segunda parte deste livro, Lenine respondia a Rosa: «Em todo o nacionalismo burguês de uma nação oprimida há um conteúdo democrático geral contra a opressão, e é exactamente este conteúdo que nós apoiamos incondicionalmente, excluindo rigorosamente a aspiração à sua exclusividade nacional [...]»<sup>5</sup>. Este enquadramento do problema nacional pelo Lenine de 1914 será marcante na formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. A constituição da URSS é por isso o momento da emergência republicana de um conjunto de nacionalidades como tal reconhecidas pelo poder central bolchevique, para o qual a aceitação desta lógica nacional-republicana era um passo necessário na acrobática dos meios e dos fins: seguindo Lenine, para superar a organização nacional haveria que promover a organização nacional.

Mas não nos precipitemos. No processo da constituição federal da URSS, anima-se uma lógica de organização nacional do mundo e da sociedade. Todavia, esta lógica não chega a tutelar inteiramente a imaginação comunista. O ímpeto pós-nacional que vimos repercutir-se na constituição da IC leva inclusivamente a que a fórmula URSS surja desinvestida de qualquer atributo nacional: na fórmula não há referência a história, a território, a língua ou a cultura nacionais, apenas socialismo e soviets. A questão fica portanto por responder: quando teve lugar a nacionalização do comunismo?

Na história do comunismo<sup>6</sup> registamos três ocasiões de maior afluxo nacionalista: no decorrer dos anos 20 assistimos à adopção por parte dos comunismos do sul e do oriente – incluindo o oriente da URSS – de estratégias de desenvolvimento nacional, delineando-se alianças frentistas com sectores das burguesias nacionais num processo que teve como principal marco o triunfo das posições de Estaline sobre as posições de Trotski no debate relativo à linha política comunista na China<sup>7</sup>; na URSS de finais dos anos 20 e inícios dos anos 30, sob a governação de Estaline, assistimos à transformação do país dos soviets em país dos povos e das nacionalidades, com o Estado a dedicar-se denodadamente à promoção do particularismo étnico, oficializando por exemplo cerca de 200 línguas e multiplicando *kits*

de simbologias nacionais que inspirarão os mais variados discursos nacionalistas no final do século xx<sup>8</sup>; e na segunda metade dos anos 30, no Ocidente, em particular na Europa ocidental, dá-se uma reformulação nacionalista dos comunismos da IC no quadro das estratégias de frente popular e das políticas de construção do antifascismo, num processo que teve na França o caso mais paradigmático.

O nacionalismo concilia-se com o comunismo nestes três momentos históricos, dando azo a vários nacionalismos comunistas que convergirão mais tarde, nos anos 40. Nesta década, na URSS intensifica-se a nacionalização do comunismo na luta contra a Alemanha nazi, agora sobrepondo-se uma estratégia de russificação à pulverização étnica de finais dos anos 20; no hemisfério sul e a oriente, e sobretudo durante o pós-guerra, os comunistas afirmam com redobrado ânimo pretensões independentistas; e na Europa ocidental, primeiro sob ocupação nazi e depois em clima de reconstrução, o comunismo pretende ser o mais verdadeiro nacionalismo. Por tudo isto, se é possível identificar um período em que o comunismo assume o nacionalismo enquanto modo de representação da vida e do mundo, encarando a nação como uma unidade comunitária manipulável pelos comunistas de todos os continentes, esse período é a década de 40. Contribuir para a história deste processo de nacionalização do comunismo através da história do comunismo em Portugal – em particular da história do PCP – é o ponto de partida deste livro.

### *Partido Comunista Português*

FUNDADO NO INÍCIO DOS ANOS 20, O PCP CEDO SE REIVINDICOU DE um internacionalismo comunista. Em Maio de 1923, o jornal partidário afirma: «Estranho a preocupações de baixo patriotismo, *O Comunista* não reconhece fronteiras; a sua pátria é a Pátria do Homem. Operando num sector de 360°, dirige os seus ataques para onde quer que se patenteie a iniquidade»<sup>9</sup>. Nos anos 20, no entanto, o PCP não alcança uma dimensão semelhante à da maior parte dos seus congéneres europeus, acabando desmobilizado com o golpe militar de 28 de Maio de 1926.

Depois, em 1929, sob a batuta de militantes como Bento Gonçalves, assiste-se a um primeiro processo de relançamento do partido que se prolonga pelos anos 30, período em que são estabelecidas

ligações mais estreitas com o movimento comunista internacional. No contexto da oposição ao fascismo em Portugal dominam porém as correntes políticas de tradição anarquista, e a dinâmica de crescimento do PCP nesta década acaba por não resistir a uma repressão estatal cada vez mais sofisticada. A prisão dos principais dirigentes do partido ao longo da segunda metade da década de 30 vai atolando o PCP em crises de difícil superação. Em finais de 1935 é preso o Secretariado do Comité Central, composto por Bento Gonçalves, Júlio Fogaça e José de Sousa. Em inícios de 1938 dá-se a prisão de Francisco Paula de Oliveira (Pavel) e neste mesmo ano a IC corta relações com o partido por razões ainda não determinadas mas relacionadas com a permeabilidade da estrutura partidária às infiltrações policiais. Em finais de 1939 e inícios de 1940 são presos dirigentes como Francisco Miguel, Carolina Loff, Ludgero Pinto Basto e o jovem Álvaro Cunhal. Encerra-se um capítulo da história do PCP, já que no quadro de uma acesa contenda interna, que se prolongará nos primeiros anos da década de 40 e cujos contornos estão ainda por definir<sup>10</sup>, em 1941 iniciar-se-á a história do PCP reorganizado. São os próprios reorganizadores que testemunham a ruptura com o passado da organização partidária ao designarem o congresso de 1943 – o terceiro depois dos congressos dos anos 20 – como o Primeiro Congresso do PCP.

A partir dos anos 40, o PCP torna-se uma força organizativa a tal ponto sólida que as estratégias repressivas empreendidas pelo Estado não mais voltarão a conseguir derrubá-lo. Seguramente mais complexa do que poderemos alcançar e atravessada por mais tensões internas do que conhecemos, na história do PCP não se deu mais nenhum processo de refundação orgânica até chegarmos ao 25 de Abril de 1974, quando a mudança de regime fará o partido mergulhar numa nova realidade. Este trajecto faz dos anos 40 o sítio ideal para o historiador se posicionar. Nesta década, o *Avante!* ganha rotina, a propaganda de rua aumenta, a circulação interna de documentos intensifica-se, o envolvimento da direcção partidária em frentes políticas unitárias dinamiza-se e os intelectuais comunistas mobilizam-se em vários projectos culturais, da Biblioteca Cosmos à *Vértice*. Uma certa munitivisão faz corpo e começa a alargar o seu horizonte, da economia às artes, da ciência à política internacional. O itinerário deste livro começa por isso aqui, tomando os anos 40 como chave para estudar a história do nacionalismo comunista em Portugal.

A investigação tornou para mim claro – e espero que a leitura do livro torne claro para o leitor – que os anos 40 constelam as mais diversas sensibilidades que perpassaram a história do comunismo. O lugar que a década ocupou no mapa do século explica em parte este seu cariz, uma vez que esta é a década que, ao dividir-se ao meio, dividiu o próprio século em dois. Da tragédia da Segunda Guerra Mundial às esperanças do pós-guerra, da enorme conflituosidade social à reorganização da «sociedade», do fim da IC aos primórdios da Guerra Fria, veremos na primeira parte do livro que os anos 40 transbordam facilmente os limites da própria década, o que em consequência levará à ampliação da baliza temporal desta investigação: começando pela reorganização dos anos 40, o livro recua até à segunda metade dos anos 30 ao aperceber-se da importância que revistas como *O Diabo* e o *Sol Nascente*, e legados como os de Bento Gonçalves e Pavel, têm no discurso do PCP reorganizado; e o livro avança até meados dos anos 60 ao interpretar *Rumo à Vitória* – texto de Álvaro Cunhal que esteve na origem do programa partidário aprovado no congresso de 1965 – como uma sistematização de muitas das tensões em jogo desde os anos 40, tensões que nem o alegado «desvio de direita» (nos anos 50) terá resolvido.

### *Nacionalismo*

O MATERIAL EMPÍRICO COM QUE ESTE LIVRO TRABALHA ENCONTRA-SE então situado, na sua grande maioria, entre os anos 30 e os anos 60 do século xx. Mas antes de recuarmos a essas décadas interessa compreender o próprio contexto intelectual em que esta investigação sobre *Comunismo e Nacionalismo em Portugal* ganhou a sua forma. Importa nomeadamente começar por atender às circunstâncias em que, ao fim do século xx e um pouco por todo o mundo, o nacionalismo comunista adveio um objecto de estudo de vários historiadores e cientistas sociais. Com efeito, foi nos últimos anos que, animado pelos conflitos nacionalistas que assolaram o leste europeu, teve lugar um *boom* de investigações cruzando nacionalismo e comunismo. Este *boom* levou à proliferação de uma série de pesquisas que exploraram toda uma vasta região situada entre Sarajevo, mais a sul, Talin, mais a norte e Baku, mais a oriente. Este *boom* dos anos 90 não foi, no entanto, o primeiro. Se bem que com menor intensidade, à entrada da segunda metade do

século xx, no quadro da afirmação de nacionalismos anticolonialistas que estabeleceram relações de intimidade com a tradição marxista no contexto da Guerra Fria e na sequência da Conferência de Bandung, uma primeira vaga de estudos havia já procurado intersectar a história do comunismo e os estudos sobre nacionalismo<sup>11</sup>.

À luz destas duas vagas de investigações é possível dizer que este livro vem simplesmente expandir o mapa de estudos actual acrescentando-lhe mais um ponto, conferindo ao nacionalismo dos comunistas de Portugal uma evidência semelhante à do nacionalismo dos comunistas da Roménia, da China ou de Marrocos, para dar apenas alguns exemplos. Todavia, não basta ao historiador superar uma distância meramente territorial para aproximar Portugal e aqueles países situados mais a sul ou mais a leste. O principal obstáculo à superação da distância que existe entre um caso como o de Portugal e um caso como o de Marrocos não é propriamente da ordem dos quilómetros. Na realidade, o principal obstáculo é a *fronteira civilizacional* que separa o Ocidente e o resto do mundo; uma fronteira recorrentemente imaginada por governantes, jornalistas, escritores e também historiadores; uma fronteira antagonizante contra a qual Armando Bacelar escrevia em 1963 nas páginas da revista *Vértice*:

A Terra não é já só redonda geograficamente; é-o também nas próprias coordenadas espirituais que a envolvem. As velhas «partes do mundo» desapareceram; e basta um mínimo de reflexão para se compreender que aludir-se a Europa, a Ásia, a Oriente e a Ocidente como realidades antagónicas e radicalmente diferenciadas já não tem o menor sentido senão nos domínios especulativos da guerra fria ideológica.<sup>12</sup>

Impulsionados por processos de recomposição geopolítica que redefiniram fronteiras nacionais e instituíram novos poderes soberanos à saída do segundo pós-guerra e após a queda da URSS e da Jugoslávia, os estudos sobre nacionalismos comunistas oferecem-nos um mapa mundial que partilha um preceito ainda hoje dominante na generalidade dos estudos sobre nacionalismo: num campo em que predominam olhares académicos europeus e norte-americanos, a tendência continua a ser privilegiar o estudo do nacionalismo das «periferias» (o nacionalismo dos «outros») e banalizar o nacionalismo do «centro» (o nacionalismo do «nós»). Assim, tanto na primeira como na segunda

vaga de estudos sobre nacionalismo comunista, o nacionalismo do «centro», o nacionalismo dos comunismos ocidentais – entre eles o português – tende a ser ignorado<sup>13</sup>.

Em razão de tudo isto, fazer a história do nacionalismo dos comunistas de um país ocidental não implica apenas acrescentar ao mapa uma das «velhas “partes do mundo”» que Armando Bacelar criticava em 1963. Implica também questionar os próprios critérios de funcionamento do mapa, implica convocar uma tradição intelectual crítica da «guerra fria ideológica», tradição que foi objecto de distintas contribuições ao longo das últimas décadas: da ruptura historiográfica protagonizada por estudos pós-coloniais que fizeram não apenas a crítica do nacionalismo imperialista mas também a crítica do nacionalismo anti-imperialista<sup>14</sup> até à cisão política consubstanciada pelo autonomismo de Mario Tronti em 1966: «Se é verdade que é urgente e, talvez, preliminar a tudo, repor de pé uma estratégia internacional da revolução, devemos compreender que tal não se fará enquanto continuarmos a brincar com o mapa-mundo de crianças inventado pela geografia política burguesa e que, para comodidade didáctica, se encontra dividido em primeiro, segundo e terceiro mundos.»<sup>15</sup>

Uma história do nacionalismo comunista em Portugal exige então a crítica da dicotomia geográfica «centro/periferias» e a renúncia a um mapa-mundo «dividido em primeiro, segundo e terceiro mundos». Mas exige mais ainda: exige nomeadamente que a crítica da dicotomia «centro/periferias» seja levada para além da questão geográfica. É que à propensão para privilegiar o estudo dos nacionalismos das «periferias» do mundo acresce ainda a tendência de limitar o estudo dos nacionalismos no «centro» ao estudo do mais «exótico» – e neste sentido «periférico» – dos seres políticos da Europa do segundo pós-guerra: a extrema-direita. No caso de Portugal, com efeito, o fascismo é muitas vezes apresentado enquanto proprietário histórico e fonte natural do nacionalismo; e, por vezes, mesmo quando o historiador reconhece o nacionalismo de outrem é ainda sobre a extrema-direita que acaba por pesar o «ónus» nacionalista. Veja-se um excerto da entrada sobre nacionalismo que figura no recém-actualizado *Dicionário de História de Portugal*: «As elites republicanas realizaram uma tímida, mas radical, “nacionalização de massas”, com o seu modelo de cidadania, o seu novo hino e bandeira nacionais, e com a revisão nacionalista dos programas escolares. A tentativa de fusão entre patriotismo e republicanismo seria mais tarde utilizada, aquan-

do da participação na Primeira Guerra Mundial, com resultados reconhecidos, mas teve entre outras consequências a de ter “ocupado o espaço” nacionalista e a de ter colocado a incipiente extrema-direita, quer a reaccionária integralista quer a fascizante, perante a “impossibilidade” de manipulação dos grandes símbolos da cruzada do fascismo europeu do após guerra.»<sup>16</sup> A lógica que preside a este enfoque ilustra bem a dificuldade em lidar com o nacionalismo quando este não é taxativamente associado ao fascismo e à extrema-direita: para o historiador, no caso António Costa Pinto, é como se houvesse uma diferença de natureza entre a adesão republicana ao nacionalismo e a adesão da extrema-direita ao nacionalismo, apresentando-se os republicanos como uma «cópia» e a extrema-direita como um «original», limitando-se os republicanos a «ocupar» – e não a «formar» – um espaço nacionalista.

Interpretações como esta parecem basear-se no pressuposto de que há «nacionalistas» e «não-nacionalistas», pressuposto que fomenta a invisibilidade da relação entre comunismo e nacionalismo na medida em que ao fazer-se do nacionalismo um objecto de propriedade histórica da extrema-direita está-se a atribuir o estatuto de «não-nacionalistas» aos comunistas. Assim, não é apenas a «centralidade» de Portugal no «mapa-mundo inventado pela geografia política burguesa» que torna invisível o nacionalismo dos comunistas de Portugal. Também a «centralidade» do comunismo enquanto membro fundador do regime democrático em Portugal – «centralidade» que é afim à «centralidade» dos comunismos ocidentais na Europa do pós-guerra e à «centralidade» da URSS no quadro da Guerra Fria – acaba por contribuir para essa invisibilidade<sup>17</sup>.

### *Comunismo*

AS RAZÕES PELAS QUAIS O NACIONALISMO COMUNISTA EM PORTUGAL não tem merecido a atenção dos historiadores não se ficam todavia por aqui, já que o facto do nacionalismo comunista em Portugal não ter sido ainda objecto de estudo compreende-se melhor quando verificamos que o próprio comunismo em Portugal tem sido um objecto de estudo pouco frequentado. Ainda assim, apesar do seu reduzido número, os trabalhos já realizados apresentam diferenças de interpretação significativas e importantes, algumas delas a serem debatidas ao

longo deste livro. Nesta introdução quero apenas focar um ponto de divergência em relação a uma tendência que creio dominar boa parte desses trabalhos.

Seja reduzindo o marxismo do PCP ao marxismo de Estaline, algo que sucede ao falar-se de um processo de completa estalinização do partido reorganizado (Judith Manyá)<sup>18</sup>, seja não reconhecendo uma dimensão ideológica marxista no PCP, o que sucede quando se diz que a ambição da intelectualidade comunista «à plenitude interpretativa da realidade e do mundo não ultrapassou decisivamente as raízes positivistas e uma certa sensibilidade romântica aos problemas sociais» (João Madeira)<sup>19</sup> ou quando se diz que «a cultura comunista em Portugal, mais do que propriamente marxista, se constituiria como uma apropriação da velha cultura republicana» (Rui Ramos)<sup>20</sup>, há uma tendência – de que estes exemplos são apenas exemplos que fazem uma parte e não o todo da análise proposta pelos historiadores em causa – para exacerbar o problema da caracterização ideológica da identidade comunista em Portugal. Ora, é divergindo desta *inclinação identitária* da historiografia que me situo.

Não trato de negar qualquer estalinização – embora se deva perguntar a este conceito até onde ele pretende chegar – nem de negar contiguidades entre republicanismo e marxismo mas sim de evitar que a história das ideias comunistas em Portugal possa ser aprisionada em formulações categóricas de tipo unilateralista. É claro que podemos falar de uma «estalinização» dos partidos comunistas, mas, a ser «completa», mais valeria resumirmos a história dos partidos comunistas à história da URSS. E é também claro que existe uma contiguidade entre republicanismo e marxismo, mas, a tratar-se de uma inexistência do marxismo em Portugal, bem que podemos remeter semelhante inexistência ao próprio Marx, conforme alertou o historiador Georges Comninel ao mostrar que a leitura marxiana da «Revolução Burguesa» de 1789 se inspirava em autores como Thierry ou Guizot<sup>21</sup>. De facto, se andarmos à procura do «marxismo ideal», é possível que não o encontremos; entretanto, tal não significa que o marxismo tenha inexistido.

Um dos casos em que esta ilusão de um «marxismo ideal» se revela de maneira mais perniciosa é a leitura predominante da história do PCP dos anos 20. Há muito que a leitura deste período – ao qual este livro dedica pouca atenção – se encontra subordinada àquela ilusão de um «marxismo ideal». Logo em 1971, o jovem historiador José Pacheco

Pereira começou por falar do «impasse» a que a acção operária havia sido conduzida pelo anarco-sindicalismo e acusou um «retardamento» em Portugal dos efeitos de 1917, «retardamento» este que teria sido provocado pelo facto de ser o anarquismo a «ideologia dominante»<sup>22</sup>. Depois, em 1976, referindo-se ao facto da Federação Maximalista Portuguesa – de onde vieram vários dos militantes que fundaram o PCP em 1921 – ter advogado que a Revolução Russa instaurasse o comunismo libertário e que fosse possível ser-se bolchevique e anarquista, o historiador César de Oliveira falou-nos «da confusão entre anarquismo, sindicalismo revolucionário e marxismo-leninismo»<sup>23</sup>. Isto é: à procura do «marxismo ideal», em busca de uma identidade marxista-leninista que não encontravam, à espera de uma cultura política que estaria *por vir*, os historiadores acabavam por replicar o velho estigma do «atraso» português na história do movimento operário.

Poder-se-ia supor que hoje esta *inclinação identitária* da historiografia não mais pesaria sobre os anos 20, na medida em que um clima político mais pacificado do que o dos anos 70 proporcionaria qualquer coisa como uma maior «objectividade». Veja-se no entanto que actualmente, e agora restabelecendo a «pureza» de Marx contra a «impureza» de Lenine, o historiador António Ventura ainda nos diz que «a fundação do PCP, em Março de 1921, não veio alterar o quadro de equívocos e imprecisões que rodeavam a difusão do marxismo em Portugal. Mais do que de Marx, falava-se de Lenine e dos êxitos alcançados a Leste»<sup>24</sup>. A questão não reside pois na alternativa entre uma historiografia mais «sensata» própria deste tempo presente em que «o povo está sereno» e uma historiografia *engagée* característica dos momentos de maré-alta revolucionária. A *inclinação identitária* do historiador não vacila, mas não vacila porque ela decorre da apetência generalizada para fazer da historiografia um projecto de construção de identidades<sup>25</sup>, um projecto de narração de histórias com um princípio, um meio e um fim e em que tudo aquilo que perturba o bom andamento da sequência corre o risco de ser classificado como «impasse», «confusão», «equívocos» e «imprecisões».

### *História*

À LUZ DA *INCLINAÇÃO IDENTITÁRIA* QUE AQUI SE PRETENDE EVITAR, a história dos partidos comunistas tende por vezes a ser apresentada

como uma história de entidades nacionais autodeterminadas no quadro internacional. É certo que a atribuição de uma identidade nacional a um partido comunista resulta muitas vezes da necessidade do historiador contrariar teses mais superficiais que tendem a reduzir os partidos comunistas a simples «agentes de Moscovo»; como referiu o historiador Eric Hobsbawm, «todos aqueles com conhecimento dos movimentos comunistas sabem que a extrema uniformidade internacional que lhes foi imposta desde meados da década de 1920 em diante (“bolchevização”) não impediu as diferenças surpreendentes na atmosfera e estilo nacional dos comunistas, tanto quanto a uniformidade do sacerdócio católico não torna a igreja irlandesa idêntica à italiana ou holandesa»<sup>26</sup>.

Há no entanto algo que se imprecisa na formulação de Hobsbawm. Fazer corresponder a ideia de diferença histórica à ideia de diversidade nacional, como em parte se encontra subjacente às suas palavras, coloca dois problemas. Em primeiro lugar, esta correspondência ilude o facto das diferenças nacionais terem sido historicamente estabelecidas no contexto de redes e de circuitos internacionais, desde reuniões diplomáticas em que participaram chefes de Estado até festivais internacionais dos povos em que participaram intelectuais comunistas. Ora, se ignorarmos esta dimensão internacional dos nacionalismos, facilmente cairemos na ingenuidade: em nome da diversidade, regozijaremos com o facto de os países terem bandeiras diferentes, hinos diferentes, heróis diferentes, monumentos diferentes; mas esqueceremos que todos os países têm igualmente bandeiras, hinos, heróis e monumentos, elementos que assim compõem um *kit* simbólico de que todos os nacionalismos fazem uso<sup>27</sup>. Ou seja, as comunidades nacionais apresentam conteúdos *diferentes* entre si mas este mesmo processo de imaginação da diferença contribui para que a nação surja como o *único* modo de imaginarmos comunidades, secundarizando comunidades de classe, de género, de religião, etc.

Em segundo lugar, ao atribuir ao partido comunista de um país uma determinada identidade que o distinguiria dos partidos comunistas de outros países, a correspondência entre a ideia de diferença histórica e a ideia de diversidade nacional acaba por alimentar a ilusão – popularizada no estereótipo da cassetete comunista – da homogeneidade de cada partido comunista. Como veremos ao longo deste livro, o comunismo não foi um ser monolítico que deixou de o ser apenas porque as realidades nacionais em que se incrustou eram diferentes

entre si; o comunismo não foi um ser monolítico, mas não o foi porque a história do comunismo é ela mesma uma história de diferenças políticas que se exprimiram aquém e além de quaisquer fronteiras nacionais. Os vários ismos da história do comunismo – o estalinismo, o desviacionismo, o trotskismo, o economicismo, o titismo, o obreirismo, o esquerdismo, o browderismo, o reformismo, o maoísmo, etc. – atravessaram a história de todos os partidos comunistas. Os conflitos entre Estaline e Trotski, as purgas estalinistas dos anos 30 ou a viragem do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) mostram bem que só à custa de um imenso poder de síntese – tão imenso que dispense os historiadores... – é que é possível enquadrar o passado do comunismo tomando um partido como uma unidade de sentido e categorizando-o com uma determinada identidade.

Como tal, a alternativa a uma historiografia do comunismo que opere através da figura da pirâmide – em que lá em cima, na origem de tudo, estariam as histórias de Lenine, de 1917 e da URSS, e cá em baixo, como simples decorrência, estariam os restantes episódios da história do comunismo – não pode ser uma história do comunismo contada aos quadrados em que se toma cada quadrado como uma entidade autodeterminada detentora de uma identidade nacional. Nem o topo nem as bases de uma pirâmide nem tão-pouco os vários quintais que são repartidos segundo o quadriculado das fronteiras estatais; nem a ilusão de um «Papão» soviético nem aquilo que o sociólogo Hermínio Martins criticamente designou como «nacionalismo metodológico»<sup>28</sup>. Neste livro procura-se antes – se isso é conseguido ou não, é uma outra coisa... – configurar a história do comunismo de uma maneira mais difusa: como uma rede tecida por um conjunto de relações entre comunistas. É certo que nesta rede sobressaem pontos mais capitais do que outros, com particular destaque para o papel do núcleo dirigente da URSS, que desde cedo revelou ambições centralizadoras, procurando transformar a rede em pirâmide num processo para o qual contribuiu de sobremaneira a submissão da política da IC aos desígnios do PCUS; contudo, não só o núcleo dirigente da URSS é irreduzível à figura de uma intemporal «unidade de sentido» como, em parte, foi justamente porque os comunismos da IC se constituíram como pontos de um *círculo mundial comunista* que aquelas tentativas centralizadoras surtiram várias vezes efeito – não depreciemos a força de uma mundivisão internacionalista por detrás da «obediência» que muitos militantes comunistas de todo o mundo prestaram à IC e à URSS.

A figura da rede permite-nos então enveredar por um caminho alternativo quer à ideia da uniformidade comunista quer ao nacionalismo metodológico. Mas ela permite também romper com a *inclinação identitária* do historiador a um outro nível: a história do meio intelectual comunista. Se é certo que há quem hoje dê conta da diversidade de opiniões susceptíveis de se encontrar entre os intelectuais comunistas, também é certo que frequentemente, por cima dessa diversidade e em jeito de definição, tende-se ainda a apurar uma qualquer fórmula sintética que na maior parte das vezes classifica a tradição intelectual comunista com o rótulo da ortodoxia. Ora, o que resulta deste procedimento é a validação historiográfica dos «vencedores» das disputas entre comunistas e o silenciamento dos comunistas «vencidos», que assim saem duas vezes «perdedores»: primeiro na «História» e depois na historiografia.

Note-se porém que este livro não pretende substituir a função de ingénuo porta-voz dos vencedores pelo dever de um bem-intencionado justiceiro capaz de redimir os vencidos. É preciso, na verdade, ir além desta alternância. Para superar a *inclinação identitária* não basta reabrir a «identidade comunista» aos conflitos que a atravessaram e voltar a colocar os «vencidos» na fotografia. Para que a *inclinação identitária* não persista e não acabe por se replicar, é preciso romper com um outro tipo de espartilho que frequentemente enquadra a história dos conflitos entre comunistas: o espartilho das identidades pessoais particularizadas e celebrizadas sob a figura do «grande homem» ou sob a figura do autor.

A prossecução deste culto da personalidade, culto que fomenta a criação de um «eixo do bem» e de um «eixo do mal», pode ser observada num comentário feito por Eduardo Prado Coelho em 2006: «O pobre Engels nunca foi grande espingarda e estava já esquecido nos livros de história da filosofia. Sem Marx, esse, sim, genial, Engels não existia.»<sup>29</sup> Por maior diferença que exista – e existe – entre *A Dialéctica da Natureza* de Friedrich Engels e *O Capital* de Karl Marx, instituir uma incompatibilidade entre os dois autores resulta tão insuportável quanto dizer que o marxismo em geral nunca foi «grande espingarda» ou, ao invés, dizer que o marxismo em geral foi «genial». Em relação aos intelectuais comunistas portugueses – mas o mesmo é válido para os dirigentes políticos comunistas – esta lógica perniciosa de divisão autoral das ideias pode ser observada em diferentes circunstâncias, da completa descoincidência que o musicólogo

go Mário Vieira de Carvalho pretende hoje em dia estabelecer entre neo-realismo e Fernando Lopes-Graça<sup>30</sup> até à escala de prestígio que valoriza figuras como Bento de Jesus Caraça e denigre figuras como Joaquim Namorado.

Fazendo o seu caminho entre duas áreas de estudo, debatendo numa determinada instância com os estudos sobre nacionalismo e numa outra instância com os estudos sobre comunismo, este livro é então desafiado por uma mesma problemática; uma mesma linha costura ambos os debates, a linha da crítica que aqui é dirigida à propensão a revestir os objectos de estudo com uma coerência tal que se acaba por desvalorizar a importância das relações que esses mesmos objectos estabelecem entre si. É esta propensão que coloco em causa na crítica a que submeto o processo historiográfico de divisão autoral das ideias e na crítica à tendência para se tomar o nacionalismo como uma propriedade de uns quantos «periféricos», sejam estes os independentistas africanos nos anos 50, os nacionalismos balcânicos nos anos 90 ou o Estado Novo na memória democrática do século xx português. E é também esta propensão que está em causa na crítica à tendência para objectivar uma identidade comunista, tendência que torna menos visível uma multiplicidade de enlances históricos, da força das tensões entre membros de um mesmo partido à contiguidade entre tradições marxistas e tradições não-marxistas, dos valores nacionalistas partilhados na relação de conflito entre o partido e o Estado Novo à fluidez de debates comunistas que atravessam os limites soberanos de cada partido comunista nacional.

### *Que Fazer?*

RENUNCIANDO À INCLINAÇÃO IDENTITÁRIA, SOBRA ENTÃO A PERGUNTA mais clássica – e também a mais desmesurada – para a qual não tenho por certo qualquer resposta fulminante a apresentar. Existem todavia pistas cujo rasto vale a pena cuidar. Nos anos 60/70 afirmou-se um programa historiográfico em torno da ideia de genealogia, programa que travou muitas guerras. Ao iniciar este livro interessa reter o mais simples entendimento da genealogia, recorrendo para o efeito a uma entrevista em que Michel Foucault a designa enquanto «forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele

transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história»<sup>31</sup>. Neste livro procuro estudar processos de formação de «saberes», de «discursos» e de «domínios de objecto» – numa expressão rude e demasiadamente sintética, processos de formação de imagens. O objecto deste livro não é um, dois, três, quatro ou cinco sujeitos, mas as imagens que se constituem – que circulam – nas ligações que os sujeitos estabelecem entre si. Estas ligações formam várias redes<sup>32</sup>, redes que comunicam entre si graças ao facto de cada sujeito pertencer a mais do que uma delas.

Tomemos um exemplo, o do escritor Alves Redol, para darmos conta das travessias labirínticas do sujeito, do universo neo-realista de Vila Franca de Xira de que Redol é um dos principais activistas até aos projectos culturais de António Ferro que inspiram Redol na primeira metade dos anos 30; do programa literário de romancistas sociais brasileiros como Jorge Amado, com quem Redol se corresponde, até ao sistema de referências comunitário da aldeia da Glória sobre a qual escreve o seu primeiro livro; da rede de intelectuais comunistas portugueses de que Redol se aproxima na redacção de *O Diabo* até ao campo do jornalismo desportivo e à fundação do jornal *Goal*; do imaginário colonialista português que o fascina ainda jovem até à nova indústria cinematográfica que acaba por conhecer de perto enquanto guionista; do circuito internacional dos autores do realismo socialista até aos movimentos de intelectuais comunistas pela paz que se afirmam no segundo pós-guerra; do mundo cultural do comunismo francês que lhe permite redigir *França – da Resistência à Renascença* até aos grupos de gaibéus que descem até à lezíria e sobre os quais escreve; da herança etnográfica de Leite de Vasconcelos e de Rodrigues Lapa até à comunidade de leitores de Freud e do seu *Totem e Tabu*.

Todas estas travessias de Redol fazem dele um veículo em permanente instabilidade que o historiador não pode fixar atribuindo-lhe uma identidade, consagrando-o como um autor, cultivando a sua personalidade e objectificando-o enquanto um sujeito. A subjectividade de Redol manifesta-se sim como movimento – como negação da identidade<sup>33</sup> – que liga diferentes pontos de redes que vão sendo elas mesmas tecidas pelas travessias de Redol e pelas travessias de todos os outros (de todos nós), travessias que articulam essas redes numa teia precária mas complexa em que se constituem saberes, se formam discursos, circulam imagens. E sendo assim, talvez não devamos procurar nas imagens que analisamos o princípio, o meio e o fim de algo,

talvez não devamos procurar nelas algo que se assemelhe «à evolução de uma espécie, ao destino de um povo». Ainda nas palavras de Michel Foucault: «Seguir o filão complexo da proveniência é, ao contrário, manter o que se passou na dispersão que lhe é própria: é demarcar os acidentes, os ínfimos desvios – ou ao contrário as inversões completas –, os erros, as falhas na apreciação, os maus cálculos que deram nascimento ao que existe e tem valor para nós; é descobrir que na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos – não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente.»<sup>34</sup>

Em lugar de olhar para o passado à procura do que é equívoco ou do que provoca impasses que *atrasam* aquilo que somos hoje, o historiador pode olhar para o passado à procura da dispersão que está *escondida* naquilo que somos hoje. Em lugar de construir uma identidade, o historiador pode desconstruir essa identidade; em lugar de se centrar nos sujeitos, este livro procura perseguir os seus movimentos, deambular pelas ligações que entre eles se vão estabelecendo, circular nas redes e entre as redes instituídas por essas ligações, assim traçando um itinerário – outros eram possíveis – na teia da história.

### *Imaginação*

NO CENTRO DESTES LIVROS ESTÃO IMAGENS ANIMADAS PELOS comunistas. Mas que tipo de imagens e porquê estudar imagens? As imagens que perseguimos são sobretudo aquelas que surgem na forma de texto. Aceitando genericamente a ideia de que o nacionalismo se expande das «elites» até às «massas», como entre outros mostra Miroslav Hroch<sup>35</sup>, concentro-me nas imagens produzidas por tais «elites», neste caso, «elites comunistas». Esta estratégia, habitual nos estudos sobre nacionalismo, foi particularmente trabalhada durante os anos 70 e 80 e teve dois efeitos, um negativo e outro positivo. Por um lado, e como têm criticado muitos dos que sublinham a importância dos laços pré-modernos na formação das identidades nacionais (desde logo, Anthony Smith<sup>36</sup>), ela trouxe consigo a secundarização do poder de imaginação das «massas», poder muitas vezes expresso em imagens não-escritas que já nem a tradição oral guarda (seria uma investigação diferente a que se debruçasse sobre a relação que militantes comunistas não-dirigentes e não-intelectuais estabeleceram com o nacionalismo). Mas, por outro lado, a estratégia de estudar as

imagens produzidas pelas «elites» trouxe consigo uma revalorização do lugar das ideologias políticas contemporâneas, revalorização que acabou por reverter – em grande parte devido à influência de dois autores – a favor da problematização dos nacionalismos comunistas ocidentais.

O primeiro desses dois autores é o historiador Eric Hobsbawm. Em finais da década de 70, em polémica com Tom Nairn a respeito da relação entre nacionalismo e socialismo na Grã-Bretanha, Eric Hobsbawm avançava algumas ideias a que voltaria em 1990 na sua obra sobre nações e nacionalismo<sup>37</sup>; já em 1977, Hobsbawm postulava que «Os Estados e os movimentos marxistas tendem a se tornar nacionais, não apenas na forma, mas em substância, i.e., nacionalistas»<sup>38</sup>, contrariando assim a exclamação marxista-leninista do «nacional na forma, socialista no conteúdo». O contributo maior, mesmo se marginal à história da Europa, surgiria porém um ano depois. Em 1978, quando o Vietname invadiu o Camboja, instado a compreender como seria possível que dois estados que se reclamavam de uma tradição internacionalista comunista entrassem em conflito, um investigador dedicado aos estudos asiáticos começou a trabalhar num livro que exerceria uma enorme influência sobre os cientistas sociais de todo o mundo, fazendo do seu autor, Benedict Anderson, a principal referência teórica dos estudos sobre nacionalismo, a par de Anthony Smith e de Ernest Gellner.

Publicado em 1983, *Comunidades Imaginadas – Reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*<sup>39</sup> veio reforçar os argumentos relativos ao carácter historicamente construído das nações, valorizando em particular o papel das representações culturais, artísticas e políticas na invenção das tradições<sup>40</sup> e na imaginação das comunidades – em suma, iluminando a materialidade de imagens como aquelas de que se falará ao longo deste livro. Controvertida, nomeadamente pela ênfase contemporânea que atribui a todo este processo, a obra de Anderson teve o condão de devolver os produtores de ideologias nacionalistas à «responsabilidade» resultante do poder atribuído à sua imaginação. Consequentemente, se a nacionalização do comunismo continuou a ser tida como uma inevitabilidade por historiadores do comunismo como Donald Sassoon – porque «o capitalismo dependia das instituições sociais e políticas do Estado», então «os socialistas não tinham alternativa senão organizarem-se em conformidade, ou seja, como partidos nacionais»<sup>41</sup> –, para outros a via inaugurada por

Benedict Anderson veio reabrir a história do comunismo para além dos limites da «inevitabilidade».

O reconhecimento do poder da imaginação nacionalista – mesmo se confinado às «elites» – teve nomeadamente o condão de lançar um debate crucial ao estudo dos nacionalismos ocidentais: o debate sobre o lugar do nacionalismo na contenda entre comunismo e fascismo<sup>42</sup>. Como referi no início desta introdução, nos anos 20 havia-se firmado a mais radical oposição entre nacionalismo fascista e internacionalismo comunista, oposição que seria em boa medida contornada pela política antifascista que os comunistas europeus adoptaram e que levou à apresentação de um nacionalismo alternativo que se quis opositor do nacionalismo fascista. À luz da revalorização da ideologia subjacente ao trabalho de Benedict Anderson, este livro que o leitor tem entre mãos considerará a construção antifascista de um nacionalismo alternativo enquanto fomentadora do nacionalismo e não apenas como resistente ao nacionalismo fascista e ao nacionalismo dominante.

Esta consideração do nacionalismo antifascista enquanto produtor de valores nacionalistas é tanto mais importante na medida em que o nacionalismo foi um caminho entre outros possíveis. Com efeito, se é certo que a nacionalização dos comunismos ocidentais nos anos 30 veio responder a um anseio antifascista de mitificação da política – o mesmo anseio que levaria Thomas Mann a escrever em 1941 que «temos de arrancar o mito ao fascismo intelectual e fazê-lo mudar de função num sentido humano»<sup>43</sup> –, nada obrigou que esta tentativa de arrancar o mito ao fascismo fizesse do nacionalismo a sua via privilegiada. Como melhor veremos ao longo deste livro, o próprio romantismo a que o nacionalismo fascista foi resgatar parte da sua inspiração é uma fonte de recursos diversos: como mostraram Michael Löwy e Robert Sayre, o romantismo é contra-revolucionário mas também revolucionário, retrógrado mas também utópico, melancólico mas também revoltado, aristocrático mas também democrático, branco mas vermelho<sup>44</sup>; ao que ainda poderíamos acrescentar que o romantismo é nacionalista mas também antinacionalista. Num ensaio sobre as relações entre classe e nação na França de finais do século XIX, o historiador Roger Magraw chamava precisamente a atenção para o facto de o entusiasmo de muitos trabalhadores convocados a cumprir serviço militar se explicar pela sua vontade em romper com a rotina da fábrica e da família e abraçar mundos mais vastos<sup>45</sup>. Foi a expressão

desta vontade que o comunismo quis disputar com o fascismo mas isso não implicava forçosamente que o comunismo partilhasse o modo de expressão fascista.

O que interessa portanto focar não é apenas a contradição entre nacionalismo alternativo e nacionalismo dominante mas sim reabrir a história do nacionalismo alternativo indo de encontro à transição efectuada pela nação na história do comunismo, a transição do campo dos problemas até ao campo das soluções. Trata-se de desconstruir o processo de formação do nacionalismo comunista, procurando perceber como se superou historicamente a contradição a que se chegara em 1919 com a formação da Terceira Internacional, contradição que opunha o internacionalismo comunista ao nacionalismo social-democrata da Segunda Internacional e ao nacionalismo fascista emergente nos anos 20. Repare-se que a tarefa é tão mais pertinente na medida em que os fundamentos do internacionalismo que impulsionou a IC confrontam duplamente qualquer tipo de nacionalismo. Por um lado, confrontam a imagem nacionalista de uma *totalidade nacional* com a imagem comunista de um *partido classista*; por outro lado, porque a classe em questão não é tida como uma classe qualquer – é sim a classe cuja vida nova aniquila «as condições de vida da velha sociedade», a classe que desprovida de propriedade abole pelo seu movimento a própria ideia de propriedade, a classe a quem o «trabalho industrial moderno» tirou «todo o carácter nacional» e cujo movimento é por isso o movimento que abole as nações<sup>46</sup> –, porque a classe em jogo não é uma classe qualquer mas sim o proletariado, os fundamentos do internacionalismo comunista confrontam a imagem nacionalista de um *partido nacional* com a imagem comunista de uma *totalidade mundial*. Ao longo do itinerário que percorre os vinte e quatro capítulos deste livro, este desdobramento será equacionado.

\*

OS VINTE E QUATRO CAPÍTULOS DO LIVRO DISTRIBUEM-SE POR quatro partes e a cada uma assiste uma organização própria. A primeira parte é a mais concisa. Começa em 1941, com a reorganização do PCP, e intitula-se *A Reorganização do Comunismo*, nela procurando ver-se como a construção do nacionalismo comunista em Portugal foi empreendida num contexto de reorganização do partido que acaba por fazer parte da mais profunda reorganização do movimento comu-

nista internacional, a qual modelou decisivamente a reorganização da própria política mundial. O principal tipo de discurso aqui escrutinado é o discurso político e, sob aquela tripla dimensão reorganizadora, ele será analisado percorrendo as principais temáticas dos anos 40: o movimento social do trabalho, o desenvolvimento económico, a guerra e a paz.

A segunda parte será igualmente dedicada à análise do discurso político comunista, embora a produção teórica comunista também adquira aqui relevo. Intitulada *A Questão Nacional*, não só a baliza temporal desta segunda parte é mais ampla como agora também se tornará mais visível a escala mundial do problema que move todo o livro. Na senda da afirmação inicial de que a relação entre comunismo e nacionalismo é um produto da época contemporânea ou, se preferirem números redondos, desse pequeno intervalo que vai de 1789 a 1989, o arco cronológico do livro alargar-se-á pontualmente, viajando da crítica de Karl Marx a Friedrich List até aos contributos de autores contemporâneos, o que permitirá um debate mais amplo acerca dos significados da nacionalização do comunismo no quadro da história do século xx.

Já a terceira e a quarta partes do livro – nas quais também serão revisitados debates que levam o leitor a pisar terrenos imprevistos no século xx, da política desportiva soviética nos anos 20 aos debates historiográficos em Portugal nos anos 80 – apresentam uma característica diferente. Embora dirigentes e intelectuais passem pelas quatro partes do livro, nas duas primeiras estão mais em foco os dirigentes políticos e aqui os intelectuais. A importância que estes têm nos processos de imaginação do nacionalismo é conhecida; e, na história do comunismo em Portugal, é grande a relevância de um conjunto de intelectuais agrupados no final dos anos 30 em torno de *O Diabo* e do *Sol Nascente*. Um agente da PVDE que nesta época estava infiltrado nos meios intelectuais comunistas e antifascistas assinalava justamente o «desenvolvimento que está a ter a leitura do “SOL NASCENTE” e do “DIABO”», descrevendo estas como «revistas criadas sem nenhuns fins políticos, mas exclusivamente culturais, [que] foram a pouco e pouco passando para as mãos da juventude que pensa marxistamente e transformadas por ela em revistas com carácter mais político que cultural»<sup>47</sup>. Assim, na terceira parte do livro, intitulada *A Imaginação da Cultura*, estarão em foco os processos de nacionalização da cultura levados a cabo por diversos intelectuais comunistas e simpatizantes;

na quarta parte, intitulada *O Processo da História*, discutirei os processos de nacionalização da história

Em resumo, e de um modo muito sucinto, diria que a primeira parte do livro aborda a questão do desenvolvimento da «sociedade» em Portugal, a segunda foca o problema da localização de Portugal na geopolítica mundial, a terceira debate os processos de invenção de um «povo português» e a quarta analisa a imaginação de uma História de Portugal. De qualquer maneira, as quatro partes do livro têm todas apresentações que explicam a organização de cada uma e têm também conclusões que constituem pequenos resumos que vão fazendo caminho até à conclusão final.

Nesta introdução, que já vai demasiado longa, há apenas espaço para uma nota final. Quando iniciei a investigação que deu origem a este livro, eu era militante do Partido Comunista Português e agora já não sou. A minha saída do PCP não foi, por certo, o resultado desta investigação sobre a história do comunismo. É porém evidente que este livro seria distinto se o seu autor ainda fosse militante do PCP ou se o seu autor não fosse um ex-militante do PCP. Não seria mais parcial ou menos imparcial, seria distinto. Quanto ao mais, se lugar deve haver para uma declaração de intenções, ela é roubada a palavras de Mario Tronti datadas de 1966:

O que são para nós, Marx, Lenine e as experiências operárias do passado? Certamente, coisas diferentes do que são para outros. É justo que assim seja. Todos os outros tinham encontrado lá dentro aquilo que, segundo nós, nem sequer se deve procurar: uma nova posse intelectual do mundo, que se tornou uma direcção para os estudos; uma nova ciência da vida, ou seja, a tranquilidade na escolha de um lugar na sociedade; uma nova consciência da história, a pior e mais perigosa de todas as coisas...<sup>48</sup>

PRIMEIRA PARTE

A Reorganização do Comunismo

Se é fácil, porém, falar em organizar, menos fácil é, ao que parece, organizar de veras, ou, pelo menos indicar como se organize. Nem se pode conceber época mais inapta para tomar sobre si o encargo intelectual que a palavra «organização» comporta. Os homens do nosso tempo, destituídos por completo do senso das realidades, extraviados por hipotéticos «direitos», «justiças» e «liberdades» da noção científica das coisas, não logram, nem mesmo em teoria, visionar a construção da prática.

FERNANDO PESSOA, 1919.<sup>1</sup>

NO INÍCIO DA DÉCADA DE 40, ASSUMINDO A DISPUTA PELA legitimidade da direcção do PCP, o chamado grupo dos reorganizadores inicia o seu próprio *Avante!* Pela primeira vez publicado no Verão de 1941, o jornal muito promete: «neste momento tão decisivo para o futuro da unidade trabalhadora e em que as forças que representam a reacção mais brutal, a barbaria e a escravidão, travam uma luta gigantesca, de vida ou de morte, com as forças representativas do progresso e da liberdade, da paz e do bem-estar, o *Avante!* faz a sua aparição como a voz do povo português, como a voz de Portugal»<sup>2</sup>. As acções dos reorganizadores inscrevem-se assim não apenas no quadro de uma disputa intrapartidária mas também no âmbito das extraordinárias transformações trazidas pela Segunda Guerra Mundial. E, uma vez vencida a disputa interna, é em clima de guerra que se lhes coloca o desafio de reconstruir um partido comunista.

À partida, os objectivos políticos dos militantes do partido reorganizado eram explícitos. Tratava-se de estabelecer um partido leninista em Portugal ou, na frase de Lenine citada pelo *Avante!* em 1941, «só um partido dirigido por uma teoria de vanguarda pode cumprir a sua missão de combatente de vanguarda»<sup>3</sup>. No congresso de 1943, um primeiro balanço da actividade partidária considerava positivamente o impulso reorganizador, frisando que entretanto o partido se tornara

«uma força política real no nosso país. A imprensa ilegal do Partido alargou a sua difusão, levou regularmente às massas a voz e as consignas do Partido, e o *Avante!* completou já dois anos de publicação ininterrupta»<sup>4</sup>. Havia por isso que continuar a expansão da organização partidária a todo o país. Peça a peça, a estrutura nacional devia ser montada, «o Partido tem de fazer chegar a sua voz, as suas palavras de ordem, a sua direcção, a toda a parte, à mais pequena das aldeias de Portugal»<sup>5</sup>.

Três anos mais tarde, no congresso de 1946, o desenvolvimento da actividade partidária continuava a ser favoravelmente apreciado pelos congressistas. Os números disponíveis ajudam a perceber porquê. Em 1942, de acordo com o partido, o *Avante!* registava uma tiragem média de 2600 exemplares, em 1944 ultrapassava os oito mil exemplares<sup>6</sup> e em 1945-6 a tiragem situava-se entre os 15 e os 18 mil exemplares<sup>7</sup>.

Entre o primeiro e o segundo congressos do PCP reorganizado, de 1943 a 1946, o desenvolvimento do partido foi sendo alimentado por uma esperança crescente quanto à proximidade do fim da guerra. Mas não só. A eclosão de várias greves sociais igualmente aliciou à militância comunista e foi na experiência destes dois fenómenos, o fim da guerra e a movimentação grevista, que a direcção do PCP reorganizado adquiriu competências e delineou estratégias, consolidando o processo de reorganização do comunismo e construindo as bases de um discurso político vigente ao longo das décadas seguintes.

Este discurso político é a matéria em debate na primeira parte deste livro. Num primeiro momento analisa-se o discurso político comunista situando separadamente os seus temas principais: a representação comunista de *A Guerra e a Paz*; a representação das classes sociais que protagonizam os movimentos sociais dos anos 40 (*Camponesas e Operários*). Em seguida, nos terceiro e quarto capítulos, procura-se mostrar como estes temas coabitam no discurso político comunista e, especificamente, como eles se combinam na mais verdadeira das problemáticas: o desenvolvimento económico. No quinto capítulo, intitulado *O Partido Leninista*, e em jeito de conclusão a esta primeira parte, debate-se como a necessidade da própria acção partidária foi promovida pelo discurso comunista, isto é, como o partido atribuiu um sentido à sua existência enquanto personagem política.

## CAPÍTULO I

### A Guerra e a Paz

NO VERÃO DE 1941 ESTÁ EM MARCHA A OFENSIVA MILITAR CONTRA a URSS e em Setembro a Ucrânia cai nas mãos da Alemanha nazi. A situação internacional constitui forte motivo de mobilização para qualquer comunista. Em Outubro, o PCP reorganizado proclama na primeira página do *Avante!* um dos tópicos mais recorrentes no seu discurso dos anos seguintes: a reivindicação da «independência» do «povo português» e da «unidade nacional», «a unidade de toda a família portuguesa, a unidade capaz de fazer de todos os portugueses conscientes um só português e de Portugal livre e anti-fascista, um só Portugal». Para o PCP, este compromisso com a independência e com a unidade nacional justifica-se quer porque o partido se considera depositário de uma herança histórica que remonta a 1383 quer porque está em curso uma «luta que hoje une num imenso e invencível exército os povos livres de todos os países do mundo»<sup>8</sup>. Assim, aos olhos do partido reorganizado, a realidade do mundo surge antes de mais como uma soma de *realidades nacionais*. A imagem do mundo tende a ser enquadrada pela moldura da nação. Como ganhou forma esta quadratura nacional do mundo é o que este capítulo debate.

#### *O Fim da Internacional*

EM 1943, NO MOMENTO EM QUE A VITÓRIA DOS ALIADOS É CADA VEZ mais plausível, Estaline dissolve a Internacional Comunista numa demonstração de «boa vontade» para com os governos ocidentais. Um ano depois, elogiando a decisão tomada pelo Conselho dos Comissários do Povo da URSS de instituir um hino nacional sovié-

## Agradecimentos

**E**STE LIVRO É O ÚLTIMO RESULTADO DE UM PROJECTO DE investigação que ocupou boa parte dos meus últimos sete anos de trabalho. Há por isso vários agradecimentos a fazer. Ao Frederico Ágoas, ao Luís Trindade e ao Nuno Domingos quero agradecer a crítica a que submeteram uma primeira versão do texto que agora apresento em livro e as discussões travadas ao longo destes anos. A António Borges Coelho e Michael Löwy, intelectuais e militantes por quem tenho a maior admiração, agradeço a disponibilidade para debaterem comigo problemas relativos a esta investigação. O mesmo se aplica, é claro, a John Holloway, James Riordan, Antonio Negri e Francisco Martins Rodrigues. Ao Bruno Cordovil, ao Bruno Peixe, ao Daniel Melo, ao Fernando Oliveira Baptista, ao João Rodrigues e ao Manuel Deniz quero agradecer a leitura amiga a que submeteram capítulos deste livro. A Edgar De Decca quero agradecer o acolhimento no inspirador Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, em São Paulo. A Manuel Villaverde Cabral quero agradecer o entusiasmo com que me acolheu no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. A Rafael Cruz e ao Diego Palacios, a oportunidade de participar no projecto «plebeu» que decorre na Universidade Complutense de Madrid. Ao Tulio Guterman e ao Roberto Di Giano, a atenção e o saber com que me receberam na Universidade de Buenos Aires. Ao falecido João Manuel da Costa Feijão, a José Pacheco Pereira, à Judith Manya e ao Luís Augusto Costa Dias agradeço a disponibilidade e os esclarecimentos acerca da história do comunismo em Portugal, em relação à qual o João Madeira me ofereceu pistas abnegadas e comentários importantes. A José Manuel Sobral, Luís Crespo de Andrade e Luísa Tiago Oliveira agradeço as críticas a que submeteram a minha tese

de doutoramento no dia do seu juízo final. E ao João Arsénio Nunes, entre muitas outras coisas, devo uma experiência singular aquando da minha licenciatura: a frequência da cadeira de História do Movimento Operário e do Socialismo – foram as suas aulas que primeiro avivaram o meu interesse pela história dos comunismos. Finalmente, quero reconhecer o muito que este livro deve aos meus dois orientadores de doutoramento, o historiador Carlos Maurício e o antropólogo João Leal. Ao longo dos últimos anos, travei com eles um diálogo cujo proveito é impossível de calcular, havendo um aspecto desse diálogo que gostaria de deixar sublinhado: os meus orientadores foram sempre meus mestres, mas em nenhuma ocasião quiseram fazer de mim um seu discípulo. É por isso com pertinência que convoco a ressalva da praxe. Com eles ficam apenas os méritos que porventura houver neste livro e a eles não são imputáveis os defeitos.

**COMUNISMO E NACIONALISMO EM PORTUGAL**

FOI COMPOSTO EM CARACTERES HOEFLER TEXT E  
IMPRESSO NA GUIDE, ARTES GRÁFICAS, SOBRE PAPEL  
BESAYA DE 90 GRS, NUMA TIRAGEM DE 1000 EXEM-  
PLARES, EM NOVEMBRO DE 2008.

